

Requerimento nº _____/2015

(Do Sr. Marcos Rotta)

Requer a realização de Audiência Pública para tratar sobre a Resolução n. 556 do CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO – CONTRAN, que tornou facultativo o uso do extintor de incêndio para os automóveis, utilitários, camionetas, caminhonetes e triciclos de cabine fechada.

Nos termos do Art. 58, §2º, inciso II da Constituição Federal c/c o Art. 255 do Regimento Interno, requeiro a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta comissão, que seja realizada Audiência Pública para tratar sobre a Resolução n. 556 do CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO – CONTRAN, que tornou facultativo o uso do extintor de incêndio para os automóveis, utilitários, camionetas, caminhonetes e triciclos de cabine fechada.

Para realização da respectiva audiência sugerimos que sejam convidados os representantes das seguintes entidades:

- 1) Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN
- 2) Proteste
- 3) Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil
- 4) Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea)
- 5) Associação dos Fabricantes de Extintores (Abiex)
- 6) Associação Brasileira de Engenharia Automotiva (AEA)

Justificativa

O uso de extintor de incêndio em automóveis passará a ser facultativo no Brasil, conforme decisão tomada pelo Conselho Nacional de Trânsito (Contran). A mudança na legislação envolve utilitários, camionetas, caminhonetes e triciclos de cabine fechada. Porém, o equipamento permanece obrigatório para todos os veículos usados comercialmente para transporte de passageiros, caminhões, caminhão-trator, micro-ônibus e ônibus, além de veículos destinados ao transporte de produtos inflamáveis, líquidos e gasosos.

Segundo informações do Ministério das Cidades, a decisão pelo uso opcional do equipamento foi tomada após encontros com representantes dos fabricantes de extintores, do Corpo de Bombeiros e da indústria automobilística.

A decisão vem depois de uma grande polêmica envolvendo a obrigatoriedade dos extintores tipo ABC. Este tipo de extintor é mais completo que o BC, utilizado anteriormente. Além de combater incêndios das classes B, que são líquidos inflamáveis, e C, equipamentos elétricos, também combate as chamas da classe A, que envolve materiais usados em painéis, bancos, revestimentos internos, mangueiras de borracha e forro do capô do motor. Sua validade é de cinco anos e não pode ser recarregado. Porém, uma vez acionado, deve ser completamente descarregado e substituído por um novo.

A obrigatoriedade do uso do novo extintor passaria a valer a partir do próximo dia 1º de outubro, após três adiamentos por parte do Ministério das Cidades. A medida já havia sido contestada por várias instituições, incluindo a Associação Brasileira de Engenharia Automotiva (AEA) e a Proteste – Associação Brasileira de Defesa do Consumidor.

O Brasil era um dos poucos países onde os extintores de incêndio veiculares eram obrigatórios. Nesse restrito clube ainda estão Bélgica, Turquia, Bulgária, Polônia, Egito, Estônia, Israel, Lituânia, Luxemburgo e Romênia. Países como a Dinamarca, a Noruega e a França aconselham, mas não exigem a presença do equipamento no veículo.

No entanto, a medida implantada fez com que vários consumidores adquirissem os equipamentos, pelo valor que girava em torno de R\$ 100,00 (cem) a R\$ 180,00 (cento e oitenta), causando um grande prejuízo a estes, tendo em vista que o CONTRAN onerou – os de forma desnecessária, devendo então buscar uma alternativa para compensar esta situação.

Diante do exposto, é que solicitamos o apoio dos nobres parlamentares para que possamos discutir no seio desta Comissão a questão ora apresentada.

Sala das Sessões, em de de 2015.

Deputado Marcos Rotta – PMDB/AMAZONAS